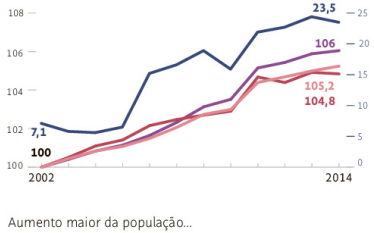


Gasto com Zona Franca não deu vantagem ao Amazonas

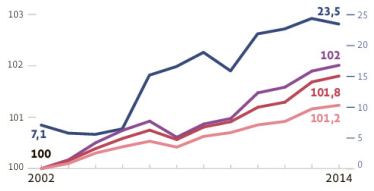
Valor adicionado à economia cresceu menos que em outros estados

Evolução do valor agregado bruto* Gasto total com ZFM



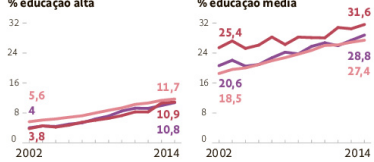
Aumento maior da população...

Evolução da população Gasto total com ZFM



... não foi acompanhado por trabalho mais qualificado

% educação alta Educação média



A Zona Franca em números

R\$ 25 bi é quanto a União destina à ZFM por ano 440 é o número mensal de empresas na ZFM

8,5% dos gastos tributários vão para a região R\$ 85 bi foi o faturamento total das indústrias da região em 2018

*Por motivo de concisão, foi calculado o logaritmo do valor agregado bruto e a população, ano-base 2002 = 100. Fontes: IBGE, Receita Federal, Telenos Econômicos da Zona Franca de Manaus/Economics and Politics Research Group/UNB

Zona Franca não dá vantagem ao Amazonas, mas, em média, a infraestrutura

Custo anual é de R\$ 25 bi, mas estado cresceu abaixo da média entre 2002 e 2014

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO Apesar de ter quadruplicado seu custo de 2004 a 2014, a Zona Franca de Manaus (ZFM) não trouxe vantagem econômica ao Amazonas no período, em comparação com outros estados do país.

Os cálculos são dos economistas Philipp Ehl, professor da Universidade Católica de Brasília, e Rogério da Cruz Gonçalves, que compararam por análise estatística indicadores econômicos e sociais, como PIB, valor agregado, renda, população, níveis de educação e de emprego, entre outros, entre 2002 e 2014.

Os números do Amazonas cresceram, mas é preciso separar o efeito do programa daquilo que aconteceria de qualquer maneira. Se o país todo está crescendo, o custo dos incentivos fiscais pode não fazer sentido", observa Ehl. O programa concede descontos fiscais à maioria das empresas instaladas na Amazônia ocidental. Neste ano, a União deve deixar de recolher R\$ 25 bilhões em tributos (Imposto de Renda e Imposto de Importação) dessas empresas.

Esses recursos deixam de ser investidos pelos governos, por isso é importante entender se seu uso está trazendo mais ganhos em mãos privadas que nas públicas. Como não existem dados para avaliar o desempenho do estado antes e depois da criação do programa, em 1967, o trabalho compara os indicadores amazônicos com os de outros estados que recebem incentivos federais.

Os gráficos mostram que, apesar dos subsídios, PIB, valor agregado, renda, vendas e receitas tributárias do Amazonas cresceram em velocidade inferior às da média dos outros estados tanto da região Norte quanto do Brasil.

Pelos cálculos dos economistas, um aumento de R\$ 10 bilhões nos gastos com a ZFM reprime o valor agregado em 3,3%, e o PIB e a renda do Amazonas, em cerca de 4%, em relação às outras unidades federativas não beneficiadas.

A diferença é ainda maior na comparação com estados vizinhos da região Norte: o PIB amazônico cresceu 7,3% abaixo e o valor agregado, 7,9% abaixo de seus pares. A diferença de renda também é negativa, mas menor, de 1,3%.

O uso de benefício tributário em políticas regionais é menos eficiente que investir recursos orçamentários, diz o economista Bernard Appy, diretor do C.Cif (Centro de Cidadania Fiscal) e coautor da reforma tributária que tramita na Câmara (PEC 45).

Isso ocorre por dois motivos principais: 1) o escopo do que se pode fazer num programa de incentivo fiscal é mais limitado, e 2) desenvolvimento de longo prazo necessita de investimento em qualificação de mão de obra e infraestrutura, para o que subsídios não são o instrumento adequado.

O trabalho de Ehl mostra que, embora o emprego tenha tido melhor desempenho no Amazonas em relação a outros estados, cresceu a parcela de trabalhadores de baixa escolaridade.

"É um indicador de que o modelo é ultrapassado, não serve para o futuro, as empresas compram peças e montam, e a tendência é automatizar. Esses trabalhadores são muito substituíveis por robôs", segundo economista, tam-

bém é preocupante o crescimento da população, pela atração de migrantes, sem correspondente melhoria da infraestrutura urbana.

Outro trabalho dos autores sobre Manaus (que concentra os investimentos da ZFM) não identificou melhoria em itens como alfabetização, cobertura de água encanada e de esgoto.

O debate público tem sido sobre crescimento, e não sobre desenvolvimento, afirma. "Sempre que se cria uma diferença, é preciso elevar o bem-estar".

Para Ehl, "é possível que, se os recursos tivessem sido investidos em educação, infraestrutura, saneamento e transporte nos últimos 20 anos, teriam beneficiado igualmente as empresas, mas também a população e o país".

A pesquisadora do Inspere e professora de direito tributário da FGV Vanessa Canado tem avaliação semelhante: "Numa Federação, desenvolvimento regional não pode ser feito à custa de outros entes. Só se dá incentivo específico se a empresa não fosse se instalar em outro estado".

Em vez de guerras fiscais, diz ela, é mais eficiente criar fundos de desenvolvimento regional, condicionados ao investimento dos governos em qualificação de mão de obra. "Por exemplo, o Amazonas poderia capacitar o trabalhador para biotecnologia, explorando as vocações regionais".

A região tem muito potencial não explorado, concorda Ehl. "O fator mais pesado na conta é o capital humano gera mais efeitos positivos".

Se é menos eficiente para o desenvolvimento que o investimento direto dos governos em infraestrutura e educação, por que, então, o benefício tributário tem sido a escolha nas políticas regionais? "Porque as empresas sentem mais seguras com os incentivos que com recursos orçamentários que podem ser contingenciados de uma hora para a outra".

Políticas que dão tratamentos diferenciados aos contribuintes têm um outro custo, diz Vanessa Canado, que também é diretora do C.Cif. "Sempre que se cria uma diferenciação, necessariamente aumentam os contenciosos, as disputas na Justiça, diz ela.

"Todo gasto tributário —abrir mão de arrecadar impostos, como na ZFM— é um cálculo de escolha pública. É preciso trazer bem para a sociedade como um todo, não ganhos localizados".

A falta de avaliações de impacto dessas políticas faz com que o discurso retórico prevaleça, em vez do conhecimento empírico, diz ela. O desenvolvimento previsto até 2027, a ZFM tem sido prorrogada por leis específicas. A última, de 2014, adiou para 2027 o fim dos incentivos. Mas o modelo pode estar com os dias contados se a reforma tributária for aprovada pelo Congresso sem alterações.

Como acaba de forma progressiva com os atuais impostos, extingue também os benefícios fiscais. "Até mesmo porque será uma transição longa, é o momento ideal para discutir outras formas mais eficientes de induzir desenvolvimento regional", afirma Appy. O governo atual está, por exemplo, desenvolvendo setores como turismo, biotérios, mineração e piscicultura, no chamado Programa Dubai.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/UP/PROSUS Edital da Bahia. AVISO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 037/2019

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA/UP/PROSUS Edital da Bahia. AVISO DE LICITAÇÃO - PREÇO ELETRÔNICO Nº 025/2019

SINDICATO DOS COMISSÁRIOS DE DESPACHOS, AGENTES DE CARGA E LOGÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDICOMIS - CIO nº 722-20201-03 EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA NOTIFICAÇÃO DESEMPENHO SUPERINTENDENTE DE 25/06/2019

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARA S.A. - CELPA CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-99 - NIRE 15.300.007.292. REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA